

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.590 - GO  
(2019/0001806-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : GERALDO EUSTÁQUIO PIMENTA**  
**ADVOGADOS : HUDSON CARVALHO DE OLIVEIRA - GO024380**  
**SAMUEL CINTRA ASSIS - GO028246**  
**EMBARGADO : INTEGRA SOLUCOES AGRICOLAS LTDA**  
**ADVOGADO : DANIEL ANDRIOLO E OUTRO(S) - SP228004**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por GERALDO EUSTÁQUIO PIMENTA à decisão de fls. 1049/1050, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante:

De ser observado do ventre do processo que, consoante se infere dos documentos 01, 02 e 03 devidamente acostados na peça inicial do Recurso Especial (Evento nº 57, doc1, doc2 e doc3 do agravo de origem – fls. retro destes autos), cujas cópias seguem em anexo (docs. 1, 2 e 3, anexos), a data da “publicação” do acórdão recorrido ocorreu em “24.04.2018” e não aos 23.04.2018, conforme sinalizado por Vossa Excelência. Na verdade, 23.04.2018 foi a data da disponibilização do acórdão cuja publicação ocorreu, repisa-se, no dia 24.04.2018, para os devidos fins e feitos de direito.

[...]

O fato é que houve um “equivoco” da própria máquina judiciária que lançou nos autos, de forma equivocada, uma certidão constando que a publicação teria ocorrido no dia 23/04/2019, quando o correto seria o dia 24/04/2019. (fl. 1053).

[..]

Cumprе registrar que, em cumprimento do dispositivo legal, o recorrente fez juntar à peça recursal os documentos comprobatórios da tempestividade do AREsp (Evento nº 82, doc1, doc2 e doc3 do agravo de origem – fls. retro destes autos), cujas cópias seguem em anexo (docs. 6, 7 e 8, anexos), no momento da interposição do recurso, para os fins legais.

Com efeito, “tempestivo” também, pois, o Agravo em Recurso Especial.

Demais disso, cumpre registrar que os feriados que recaíram durante a fluência do decurso do prazo recursal de ambos os recursos (REsp – feriado do Dia do Trabalho; AREsp – feriado do dia Proclamação da República) tratam-se de FERIADOS NACIONAIS que dispensam a comprovação do feriado local (inteligência do art. 1003, §6º do CPC), pois que, previstos em lei federal. Aliás, aludidos feriados “nacionais” sequer constam do rol trazido à colação por V. Exa., na decisão de fls. retro que não conheceu do recurso. (fls. 1053/1054)

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que

seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

De fato, mediante nova análise dos autos, verifica-se que houve equívoco na decisão ora embargada no que se refere à data de publicação do acórdão recorrido e à intempestividade do agravo em recurso especial, circunstância que será devidamente corrigida na fundamentação abaixo.

Conforme certidão de fl. 923, o acórdão recorrido foi publicado no dia 24/04/2018 e não no dia 23/04/2018.

Quanto ao agravo em recurso especial, há comprovação válida de suspensão do prazo às fls. 971, de modo que foi interposto tempestivamente.

No entanto, o recurso especial (fl. 772/793), continua intempestivo mesmo a publicação tendo sido efetuada no dia 24/04/2018.

Cumprе esclarecer, pois se encontra pacificado nesta Corte, que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada por documento idôneo, providência que não foi cumprida na apresentação do recurso. Veja-se que documento retirado da rede mundial de computadores, como feito pela parte (fl. 812), não tem o condão de afastar a intempestividade.

A propósito:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL.

INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO IDÔNEO.

SIMPLES JUNTADA DE CÓPIA DE PÁGINA DA INTERNET NOTICIANDO FERIADO LOCAL. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS NÃO COMPROVADA.

1. Para efeito de aferição da tempestividade recursal, a jurisprudência desta Corte Superior tem entendido que não basta a parte comprovar a simples ocorrência de feriado local. É preciso por documento idôneo, atestar a inexistência de expediente forense, o que, na hipótese, não ocorreu.

2. A eventual suspensão do prazo recursal, decorrente de ausência de expediente ou de recesso forense, feriados locais, entre outros, nos Tribunais de Justiça Estaduais, deve ser comprovada por documento idôneo, não servindo para tanto, a juntada de cópias de páginas extraídas da rede mundial de computadores. Precedentes.

3. *Agravo regimental improvido* (RCD no AREsp 898.206/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 25/10/2016.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. COMPROVAÇÃO POSTERIOR DE FERIADO LOCAL OU SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS. COMPROVAÇÃO EFETIVA.

1. A Corte Especial do STJ pacificou o entendimento de que a existência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense há de ser demonstrada por documento oficial ou certidão, expedida pelo Tribunal de origem, que afirme o período no qual ocorreu um desses fatos (STJ, EREsp 884.009/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, Rel. p/ acórdão Ministro Ari Pargendler, Corte Especial, DJe 11/4/2014).

2. Na forma da jurisprudência, "a comprovação da tempestividade do recurso, em decorrência de feriado local ou suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final pode ocorrer posteriormente, em sede de Agravo Regimental" (STJ, AgRg no AREsp 137.141/SE, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Corte Especial, DJe 15/10/2012).

3. Para efeito de tempestividade, a prova do feriado local ou recesso forense deve ser feita pela parte interessada por meio de documento idôneo, não servindo cópia do calendário do judiciário extraído da internet.

4. Agravo interno provido. (AgInt no AREsp 1250938/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, , julgado em 9/10/2018, DJe de 15/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. TEMPESTIVIDADE. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. DOCUMENTO IDÔNEO À COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POSTERIOR. ART. 932 E 1.003 DO CPC/2015

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

2. A Corte Especial, em 19/02/2012, no julgamento do AgRg no AREsp 137.141/SE, firmou orientação segundo a qual "a comprovação da tempestividade do recurso especial, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo regimental".

3. A parte recorrente deve comprovar a existência do feriado ou o ato de suspensão "por meio de documento idôneo (cópia da lei, ato normativo ou certidão exarada por servidor habilitado)" (AgRg nos EDcl no AREsp 306.522/RJ, Relator Ministro RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 10/09/2013), não servindo para tanto a mera menção à existência de portaria ou a juntada de calendário do Tribunal de origem. 4. Na vigência do novo Código de Processo Civil (art. 1.003, § 6º), a ocorrência de feriado local deve ser demonstrada por documento idôneo, no

ato da interposição do recurso.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1158537/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 26/6/2018, DJe de 8/8/2018)

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração para corrigir o erro material verificado na decisão de fls. 1049/1050, nos termos acima expostos, mantendo, porém, o não conhecimento do recurso (art. 21-E do RISTJ).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

